

018

DEMOCRACIA E DIREITOS: DESAFIOS DA E PARA A AÇÃO PÚBLICA

SESSÕES TEMÁTICAS



O VOLUNTARIADO COMO FERRAMENTA DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

Ruan Fernandes da Silva (UFRN)

O artigo propõe um estudo bibliográfico do surgimento do voluntariado, na atualidade, como instrumento de realização da cidadania ativa e de participação dos cidadãos na busca pelo atendimento das necessidades sociais da coletividade em relação às políticas sociais. Verifica-se que há uma responsabilização de diversos setores da sociedade civil, sobretudo uma convocação à maior participação das pessoas no combate à desigualdade social. Assim, a perda de direitos, a ausência de mecanismos e instrumentos do Estado e da iniciativa da sociedade civil na organização e mobilização das ações voluntárias são alguns dos desafios que devem ser superados por aqueles que planejam e executam as políticas sociais. É necessário que algumas dessas políticas sejam pensadas e executadas para além da esfera das redes informais existentes na sociedade. A pesquisa analisa o trabalho voluntário no contexto histórico e social atual, abordando a relação entre o voluntariado e as políticas de ação pública.

Palavras-chave – Voluntariado. Transformação social. Políticas sociais. Estado e sociedade civil.

INTRODUÇÃO

A história demonstrou que os modelos de Estado não são definitivos, modificando-se conforme o contexto histórico e social em que estavam inseridos. Perante esta configuração mutável do Estado na história e com a constatação de que o modelo do Estado de Bem-Estar Social, concebido para propiciar o máximo de benefícios e direitos aos cidadãos, entrou em crise, faz-se imprescindível um resgate do papel atribuído ao próprio cidadão, no exercício de sua cidadania.

O exercício da cidadania também perpassa por uma solidariedade social, um sentimento de pertencer a um grupo, a uma coletividade, e de se importar com o outro, uma vez que o outro também integra o grupo social, fazendo parte do todo coletivo. Nota-se, todavia, que o sistema capitalista vigente no seu viés eminentemente competitivo e a constante e interminável criação de novas necessidades econômicas, associada a outros fatores sociais, como a globalização e o excesso de informações, tornou o ser humano cada vez mais individualista e menos voltado para o coletivo, com efeitos nefastos para a própria organização, coesão e materialização de um contrato social.

Sob essa ótica, a reformulação do Estado e o surgimento da atuação voluntária emergem como uma oportunidade de resgate da própria solidariedade e cidadania, aqui entendida como a integração ao coletivo, fazendo surgir um novo modelo de Estado, agora, com uma maior participação da própria sociedade civil. Paradoxalmente, em meio à crise, desponta um modelo de coesão social mais voltado à cidadania e à solidariedade ativa dos próprios cidadãos, uma solidariedade cooperativa, politicamente consciente.

Nas últimas três décadas, paralelamente à redução da estrutura do Estado, constatou-se um crescimento considerável de entidades não governamentais, de caráter altruísta e solidário, voltadas para a prestação de serviços assistenciais e sociais. Passou-se a admitir, então, a existência de um Terceiro Setor, a coexistir ao lado do Estado e do Mercado. O Terceiro Setor, por sua vez, não tendo por finalidade a obtenção de lucro e ao se destinar ao atendimento de necessidades sociais e coletivas, estaria em uma zona cinzenta entre o público e o privado.

Atualmente, se verifica cada vez mais tênue, os limites entre o espaço público e o privado, que se revelam cada vez mais próximos e interdependentes. A este respeito, vê-se que muitas das organizações não governamentais integrantes do Terceiro Setor dependem essencialmente do repasse de recursos públicos para o regular exercício de suas atividades. O Estado, por sua vez, necessita cada vez mais da atuação do Terceiro Setor para que sejam realizadas ações de assistência social, outrora sob sua direta responsabilidade. Mas o voluntariado não se reduz a modelos de assistência social ou assistencialismo do Estado, ou de entidades religiosas.

Dito isso, o voluntariado emerge como o exercício concreto de uma cidadania ativa, de atuação em prol do coletivo e que também traz em seu bojo responsabilidades e deveres, revelando-se um importante instrumento para a difusão da solidariedade e da transformação social.

UMA BREVE REVISÃO NORMATIVA E LITERÁRIA DO CONCEITO E DE DEFINIÇÕES ACERCA DO VOLUNTARIADO

A busca por uma definição que atenda os valores e as crescentes demandas sobre o desenvolvimento do voluntariado, tanto por parte das empresas públicas e privadas, como pelas iniciativas particulares das pessoas na atividade voluntária está intimamente ligada a múltiplos fatores políticos, sociais, econômicos e morais, apenas para citar alguns, em que o voluntariado se insere como ferramenta de transformação nas relações e interações humanas.

Essas demandas representam hoje “uma complexa esfera de atividades tal qual a dimensão do trabalho remunerado”, como bem observa Souza e Lautert (2007, p.371). Segundo os autores, de forma diferente do trabalho remunerado, “o trabalho voluntário não possui um sistema de classificação padronizado que oriente sua categorização e definição” (SOUZA E LAUTERT, 2007, p.371). Ainda segundo os autores, mesmo reconhecendo as dificuldades em classificar e padronizar o trabalho voluntário é possível (2007, p.372): “definir o trabalho voluntário como sendo qualquer atividade onde a pessoa oferta, livremente, o seu tempo para beneficiar outras pessoas, grupos ou organizações, sem retribuição monetária”.

As metamorfoses e adaptações contínuas e crescentes dos modelos de voluntariado nos mais diversos campos de ações (o religioso, o da assistência social; educação e desenvolvimento; o familiar, dentre outros), apesar de recentes, já evocam dificuldades para definir o trabalho voluntário que perpassa não apenas delimitações de sua dimensão (formal ou informal), mas também aspectos, tipos de atividades, práticas, e principalmente o conjunto de fatores presentes na realidade (subjettivos e objetivos) em que o trabalho voluntário é desenvolvido e promove transformações em cada um de seu níveis (local, nacional e global).

No anexo 1, do Relatório de 2018 da *United Nations Volunteer - UNV*¹ que trata especificamente dos termos chave dos temas gerais apresentados (*volunteerism, volunteer, Community*, dentre outros) é indicado uma definição do voluntariado, voluntarismo e da atividade voluntária, segundo as recomendações gerais, previstas na Resolução 56/38 da *United Nations General Assembly - UNGA* em 10 de janeiro de 2002 sobre o apoio ao voluntariado no mundo. As recomendações instruem que:

¹ A principal instituição das Nações Unidas na organização do trabalho voluntário e criada pela Assembléia Geral da Nações Unidas em 1971 foi pioneira em iniciativas importantes como o Dia Internacional do Voluntariado (IVD) que começou em 5 de dezembro de 1985 e pelo gerenciamento global das atividades voluntárias da ONU. A partir desse dia, governos, o sistema das Nações Unidas e organizações da sociedade civil juntaram-se a voluntários em todo o mundo para celebrar o dia em 5 de dezembro. É uma chance para organizações envolvendo voluntários e voluntários individuais para promover suas contribuições para o desenvolvimento em nível local, nacional e internacional. Ao longo dos anos, o IVD tem sido usado estrategicamente: muitos países se concentraram nas contribuições dos voluntários para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs), um conjunto de metas temporais para combater a pobreza, a fome, a doença, o analfabetismo, a degradação ambiental e a discriminação contra as mulheres. Resolução 40/212 da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 17 de dezembro de 1985 a qual convida todos os governos a celebrarem anualmente, no dia 5 de Dezembro, o dia Internacional dos Voluntários.

[...] os termos voluntariado, voluntarismo e atividades voluntárias referem-se a uma ampla gama de atividades, incluindo formas tradicionais de ajuda mútua e autoajuda, prestação de serviços formais e outras formas de participação cívica, realizadas de livre vontade, para o bem público geral e onde a recompensa monetária não é o principal fator motivador. [...] Não existe um modelo universal de boas práticas, já que o que funciona bem em um país pode não funcionar em outro com culturas e tradições muito diferentes. (UNGA, 2002, p.03)

A própria apresentação e descrição do voluntariado mostram derivações de termos como atividade voluntária e voluntarismo, bem como um amplo espectro de possibilidades dos indivíduos, enquanto voluntários, nos mais diversos campos da vida humana, ao mesmo tempo em que reconhece as diversidades de interação global. Outro ponto revelado pela descrição está na afirmativa que não há um modelo único para as boas práticas, pois depende de cada região, cultura e tradições. Contudo, há uma observação feita no primeiro relatório da ONU-UNV-SWVR sobre o “Estado do Voluntariado no Mundo”² em 2011 que revela um ponto comum do voluntariado, a partir dos seus valores fundamentais:

O voluntariado ocorre em todas as sociedades do mundo. Os termos que o definem e as formas de expressão podem variar em diferentes línguas e culturas, mas os valores que o impulsionam são comuns e universais: o desejo de contribuir para o bem comum, por livre vontade e em espírito de solidariedade, sem expectativa de recompensa material. Os voluntários são motivados por valores como os de justiça, igualdade e liberdade expressos na Carta das Nações Unidas. (UNV, 2011, p. IV)

Estes valores fundamentais prescritos no relatório, como o “Desejo de contribuir para o bem comum”, “por livre vontade”, “em espírito de solidariedade”, e “sem expectativa de recompensa material”, revelam os principais aspectos e bases, mesmo que ainda não conclusivos, do voluntariado. Estes vetores morais convergem as ações voluntárias para valores comuns e norteadores. Eles permitem reconhecer na normativa internacional a instrumentalização política, econômica, ético-jurídica e socio-moral dos campos de atuação, dos indivíduos, das atividades e normas regulamentadoras das ações voluntárias diante de suas respectivas realidades regionais e culturais em que atua.

A UNV, em relatório apresentado em 2008³ pelo *European Volunteer Centre* – CEV com base em casos observados em vários países, demonstrou que o voluntariado deveria ser orientado por cinco princípios fundamentais (CEV, 2010, p.21-22): 1) O voluntariado é uma questão de escolha pessoal; 2) Representa um modo legítimo pelo qual os cidadãos podem participar das atividades de suas comunidades; 3) Permite que indivíduos e grupos atendam às necessidades e preocupações humanitárias, ambientais e sociais; 4) Não é remunerado, mas não substitui o trabalho remunerado; e 5) não substitui os trabalhadores pagos ou representa uma ameaça à segurança do emprego de trabalhadores.

Esses princípios e valores elencados ao longo do tempo pelas Nações Unidas e pela UNV são reconhecidos tanto pelas legislações pioneiras na regulamentação do voluntariado no mundo como pela literatura sobre o tema do voluntariado, como é possível perceber na legislação do Brasil pela Lei de nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998 na gestão do então presidente da república do Brasil, Fernando Henrique Cardoso, por decorrência do trabalho e engajamento da antropóloga e primeira dama do Brasil Ruth Cardoso. Assim, se lê:

Art. 1º Considera-se serviço voluntário, para fins desta Lei, a atividade não remunerada, prestada por pessoa física a entidade pública de qualquer natureza, ou a instituição privada de fins não lucrativos, que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência social, inclusive mutualidade. (BRASIL, 1998)

Na redação atualizada da lei nº 9.608 pela lei nº 13.297, de 2016 se alterou dentre outros pontos a parte final da instrução normativa anterior onde se dizia: “ou de assistência social, inclusive mutualidade.”, agora se lê: “ou de assistência à pessoa”.

No livro “Manual de ONGs: guia prático de orientação jurídica” as autoras Maria Nazaré Lins Barbosa e Carolina Felipe de Oliveira ressaltam que naquele momento histórico o temor das entidades ao aceitar voluntários era devido a algumas peculiaridades da legislação trabalhista ao caracterizar vínculo empregatício segundo os critérios determinados pela legislação. Acrescenta-se a esta compreensão o fato de que muitos voluntários por participarem de atividades e trabalhos em instituições e organizações filantrópicas e religiosas não descaracterizava a relação empregatícia (BARBOSA e OLIVEIRA, 2011, p.46). De acordo com as autoras é possível salientar que:

² *The State of the World's Volunteerism Report – SWVR* de 2011 é o primeiro relatório global sobre o tema do voluntariado e de como as atividades do voluntariado podem ser levadas adiante e oferecerem uma visão alternativa de uma sociedade melhor.

³ *European Volunteer Centre (CEV) (2008) Seminar on the Promotion of Local and International Youth Volunteering for Peace Building and Conflict Resolution in Europe Sarajevo, Bosnia and Herzegovina. Final Report.* (CEV, 2008)

A ausência de um estatuto jurídico aplicável ao trabalho voluntário dificultava a profissionalização do serviço voluntário por duas razões: a) a entidade não exigia pontualidade, competência, responsabilidade do voluntário, temerosa de que a exigência pudesse vir a caracterizar a subordinação típica da relação de emprego; b) a entidade resistia a efetuar qualquer ajuda de custos, embora justificável em muitos casos, receosa de caracterizar a remuneração, outro elemento típico da relação de emprego. Com a aprovação pelo Congresso Nacional da Lei 9.608, o serviço voluntário adquiriu significativa importância. (BARBOSA e OLIVEIRA, 2011, p.46)

Para as autoras, portanto, a necessidade recorrente no Brasil por uma legislação própria para essas relações de trabalho e seus respectivos campos de atuação foram recompensadas pelo marco histórico das diretrizes do serviço voluntário prescritas e organizadas num escopo jurídico do voluntariado em que se define seu conceito, sua natureza jurídica, os direitos e os deveres da atividade voluntária no Brasil.

Na legislação de Portugal pela Lei nº 71 de 3 de novembro de 1998 num formato normativo mais completo pelo dispositivo legal, se lê sobre o objeto do voluntariado que: “A presente lei visa promover e garantir a todos os cidadãos a participação solidária em ações de voluntariado e definir as bases do seu enquadramento jurídico.”, além de definir o conceito no art.2º, item 1 e pondera sobre as limitações do alcance legal no item 2, quando dispõe dizendo:

1 — Voluntariado é o conjunto de ações de interesse social e comunitário realizadas de forma desinteressada por pessoas, no âmbito de projetos, programas e outras formas de intervenção ao serviço dos indivíduos, das famílias e da comunidade desenvolvidos sem fins lucrativos por entidades públicas ou privadas. 2 — Não são abrangidas pela presente lei as atuações que, embora desinteressadas, tenham um carácter isolado e esporádico ou sejam determinadas por razões familiares, de amizade e de boa vizinhança. (PORTUGAL, 1998, p.1)

Como é possível perceber as leis trouxeram uma maior segurança jurídica a partir de uma construção e um entendimento histórico sobre o tema do voluntariado através de suas atividades e ações analisadas em múltiplos cenários e em diversas circunstâncias políticas, éticas, econômicas e sociais. O que as leis ainda não conseguiram foi exatamente não apreender a velocidade com que o voluntariado se adapta aos meios e níveis das realidades com as quais interage produzindo mudanças, também, nas formas e modelos como se apresenta pelas ações dos voluntários nessas mesmas realidades.

Particularmente no Brasil, segundo Domeneghetti (2001, 52) a legislação que regulamenta o trabalho voluntário limita mais responsabilidades e direitos em sua prestação do que permite avançar na concorrência com o setor público e na redução dos postos de trabalho remunerados. A legislação internacional já prevê um apoio do Estado para as entidades que se apresentam como organizações não governamentais que visam suprir demandas sociais que o Estado não alcança.

Na literatura há um grande número de trabalhos e estudos que vão de uma abordagem histórica e bibliográfica há análises e estudos de casos nos mais diversos âmbitos da sociedade, presentes tanto em iniciativas particulares de indivíduos ou grupos, quanto por instituições e empresas públicas e privadas por meio de Organizações Não Governamentais – ONGs, Instituições Particulares de Solidariedade Social – IPSSs, por políticas de responsabilidade social empresarial, por organizações internacionais de apoio ou participação direta com planejamento, organização e assistência de forma integrada dentro e fora do campo das atividades voluntárias como a *United Nations* – UN (Organização das Nações Unidas), *United Nations Volunteers* – UNV, *International Labour Organization* – ILO, MSF - Médicos Sem Fronteira, BRAC, *Mercy Corps*, *Save The Children*, CARE, Assistência Médica Internacional – AMI, Cruz Vermelha Internacional. No Brasil algumas das mais influentes são: S.O.S Mata Atlântica, AACD, Viva Rio, Transparência Brasil, Abrinq, IPAM, Saúde Criança, Instituto da Criança, Vetor Brasil, Centro de Inclusão Digital, Observatório Social, dentre outras.

A literatura constantemente tenta atualizar as informações sobre o funcionamento e instrumentalização do trabalho voluntário no mundo, mas as dificuldades para acompanhar as mudanças e diversidades alcançadas pelas experiências contínuas dos modelos destas organizações e instituições na agenda e principalmente na contínua ampliação da dimensão e do alcance do trabalho voluntário, não permitem entender todos os recursos, problematizações e sua multiplicidade de incorporações de novos campos de atuação mediante a diversidade em que interagem.

Na tentativa de remediar as dificuldades de acompanhamento e atualização das informações, bem como da própria dimensão crescente de ONGs e trabalhos voluntários no mundo a *John Hopkins University* em conjunto com as Nações Unidas publicaram em 2013 o relatório *The State of global civil Society and volunteering* com o objetivo de reparar a ausência de dados oficiais organizados sobre o trabalho voluntário no mundo apresentando um resumo das novas descobertas de planejamento, implementação, organização e funcionamento do trabalho voluntário por escritórios de estatística em mais de dezesseis países segundo orientações do Manual das Nações Unidas sobre instituições sem fins lucrativos no sistema de contas nacionais (SALAMON et al., 2012, p.1).

Segundo o relatório da *John Hopkins University* de 2013 e atualizado com o relatório *State of the world's volunteerism report: the thread that binds* de 2018 da UNV, atualmente existem mais de 10 milhões de ONGs no mundo e uma força de trabalho voluntária global que ultrapassa o número de pessoas empregadas em mais da metade dos 10 maiores países populosos do mundo (UNV, 2018, p.12). Isso representa, segundo o relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), uma mobilização econômica de mais de US\$ 400 bilhões ao ano a partir dos mais de 109 milhões de voluntários regulares em seus respectivos projetos e até 140 milhões de voluntários irregulares.

Um outro dado importante mostrado pelo relatório está ligado diretamente as duas principais divisões das atividades voluntárias, isto é, a atividade voluntária formal e informal, segundo o relatório de 2018 da UNV. Os dados revelaram que cerca de 70% da atividade voluntária global ocorre por envolvimento informal, isto é, de pessoa para pessoa e a ação voluntária informal do voluntário é voltada para pessoas externas a sua casa. Enquanto que a atividade voluntária formal, isto é, de voluntários atuando por meio de empresas e instituições representam 30%. Segundo o relatório da UNV (2018, p.13), a própria pesquisa qualitativa para o relatório teve um redirecionamento de prioridade na análise e avaliação sobre o voluntariado local e informal, em contraponto, ao voluntariado formal devido as próprias promoções do voluntariado local nas comunidades. Contudo, o voluntariado local e informal “[...] está amplamente sub representado em dados e pesquisas sobre o voluntariado”, de acordo com a UNV (2018, p.13).

Os dados analisados da pesquisa, segundo algumas variáveis que precisam ser consideradas de local para local e de cultura para cultura (por ex: tempo de lazer, tempo entre a atividade remunerada e a atividade voluntária), tem no texto do relatório que trata da questão, os seguintes termos observados:

Embora o voluntariado seja universal, a forma de participação das pessoas depende de variáveis como localização, sexo e idade. Uma série de fatores podem limitar ou aumentar as oportunidades e as capacidades das pessoas de participar do voluntariado informal e formal, dependendo de quem são e do ambiente em que vivem. Por exemplo, nos países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), fatores que incluem o nível educacional, o estado civil e a idade influenciam as taxas de voluntariado formal. [...] Apoiados por estruturas e processos que facilitam o envolvimento de voluntários, os dados de uso do tempo indicam que o voluntariado informal e formal pode competir pelo tempo com outras atividades, como trabalho remunerado, lazer e estudos. [...] Dados globais sobre o voluntariado revelam variações regionais nas taxas de participação de voluntários e na participação do voluntariado informal e formal. Há uma relativa falta de dados de voluntariado em contextos de baixa renda, e há complexidades adicionais na captura de toda a gama de voluntariado informal. Observando essa relativa falta de dados, as condições de vida das pessoas em muitos países de baixa renda também necessariamente exigem mais tempo. As pessoas em países de baixa renda dedicam pelo menos um terço do seu tempo a ganhar a vida do que aqueles em países de alta renda. (UNV, 2018, p.13)

Na prática, quando se considera estes fatores e variáveis regionais e locais cruzando com os dados revelados no relatório é possível perceber pelas variações regionais a taxa de pobreza na América Latina que seria 10% mais alta sem o trabalho voluntário e que este percentual é representado na sua maioria pelas mulheres com uma atuação efetiva de 57%, enquanto os homens aparecem com 43%. Outros pontos reconhecidos através do cruzamento dos dados é o fato do voluntariado não ser exclusivo de países desenvolvidos e mesmo que as mulheres representem um percentual respeitável há uma crescente participação e envolvimento dos homens nas atividades voluntárias.

O relatório aponta também outras duas contribuições importantes. A primeira é uma nova forma de voluntariado. O voluntariado *online*, em que as pessoas não precisam estar presentes no local para contribuir. E a segunda é a importância do voluntariado para o alcance dos Objetivos do Milênio promovidos pela campanha das Nações Unidas visando a sustentabilidade dos projetos e do bem-estar das pessoas, além de apresentar a questão em situações de crise e de ajuda humanitária.

O voluntariado mais atual, precisamente, dos últimos dez anos (2009-2019), não apenas reagiu as necessidades do mundo, mas principalmente criou e inovou novas experiências revelando: o Turismo Social que integra viagens e intercâmbio com trabalhos e atividades voluntárias; o voluntariado à distância ou *online* como já foi mencionado anteriormente, que ajuda a fornecer informações, orientações e doações pela rede mundial; o modelo de cultura e educação social do voluntariado, que promove por meio de instituições a leitura e aprendizagem não apenas nas salas de aula, mas também a campos de concentração e hospitais como no caso do projeto brasileiro “Viva e Deixe Viver” que atua no Brasil, no continente africano e em outros países e continentes. Ou ainda *ChildCare WorldWide* que promove ações que desenvolvem a capacidade cognitiva, emocional e social das crianças; O voluntariado de proteção e amparo aos animais e ao meio ambiente como no caso das organizações “*Living with Big Cats*” e “*Domestical Animal Rescue*” que tem como foco o convívio, o resgate, a reabilitação e acompanhamento até a reintrodução na natureza no caso dos animais selvagens ou em lares de acolhimento no caso dos animais domésticos, e na busca por proteger e cuidar do meio ambiente as organizações estão cada vez mais pautadas, seja pelas diretrizes da sustentabilidade, seja pela atuação direta na conservação da fauna e flora por iniciativas como a da “S.O.S Mata Atlântica” ou “*World Wide Fund for Nature – WWF*”; Nos esportes de forma geral o voluntariado tem promovido e integrado inúmeros campos para inspirar e gerar autoconfiança, desenvolver processos de recuperação e aprimoramento cognitivo e físico, além de trabalhar o coletivo e o emocional pela construção das relações de integração social e principalmente de inclusão social (Fundação Cafu – Alimentando Sonhos; Instituto Bola Pra Frente; Instituto Vem Ser; Instituto Esporte para Todos; *Sports Development Project* e *Streetwise Soccer*); e apesar de ter iniciado nas duas últimas décadas do século XX é possível destacar neste mesmo rol de novos tipos de voluntariado o voluntariado social pelos empreendedores sociais como a organização Ashoka⁴.

A literatura sobre o voluntariado, os dados estatísticos e os estudos com base nas inúmeras experiências dos casos de ações voluntárias observados em campo pelos relatórios da UNV revelaram alguns dos caminhos atuais em que o voluntariado percorre por meio de suas atividades. Como foi visto, não há como fechar um conceito ou encerrar uma definição do voluntariado ou até mesmo do agente voluntário, pois constantemente os campos de atuação globais e locais; as atividades organizadas formalmente por regras e orientações tendo a lei como base ou atividades simplesmente informais; e as diversidades das comunidades através de suas culturas, políticas, religiões, etnias e gêneros revelam desafios constantes para o trabalho voluntário e o que ele representa. Isso se deve ao amplo espectro de atuação e demandas individuais e principalmente coletivas das relações e interações humanas. No item seguinte é abordado as duas divisões mais objetivas do voluntariado construídas historicamente pela sua organização e racionalização das atividades voluntárias.

A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DA ATIVIDADE VOLUNTÁRIA FORMAL E INFORMAL: DO MUNDO PARA O BRASIL – UMA ANÁLISE CRÍTICA

O modelo atual da atividade voluntária como foi mostrado no item anterior possui muitos aspectos a serem analisados no curto processo de sua construção histórica e de seus fundamentos e práticas a nível global, nacional e local. Dentre esses múltiplos aspectos e níveis o que chama mais atenção no atual panorama do voluntariado é sem dúvida a relação do terceiro setor, como o “Novo voluntariado”⁵, e o voluntariado informal no mundo.

O intuito neste tópico será analisar esta relação, em particular, do voluntariado formal e o informal pelas contribuições históricas da busca por políticas sociais que permitiram a atividade voluntária expandir os horizontes de sua atuação global nos mais diversos campos e níveis da sociedade humana. Grande parte dessa expansão se deve a organização da atividade voluntária que racionalizou sua estrutura e práticas permitindo ao voluntariado o renovado frescor para o fortalecimento de suas mudanças, adaptações e interesses na intervenção social de suas práticas.

Contudo, antes de analisar esta relação é de salutar importância compreender que as contribuições históricas mais longínquas para os fundamentos da solidariedade social com os interesses e demandas da comunidade, bem como os seus desenvolvimentos mais atuais, postularam por relevantes contribuições para os elementos que definem, hoje, o voluntariado formal e informal.

Dito isso, o caminho escolhido para a leitura do voluntariado pode delimitar não apenas o momento de origem em que a atividade voluntária se iniciou na história, mas o porquê, e este é o ponto crucial, de um indivíduo ou um grupo de indivíduos que se colocarem numa condição de ajudar e auxiliar outros indivíduos. Como por exemplo nos questionamentos de FERRARI (2010, p.19) quanto aos aspectos subjetivos dessas relações entre os indivíduos no âmbito de uma ação solidária:

⁴ A Ashoka e a Fundação Avina acreditam que o desenvolvimento de políticas públicas em conjunto pelo Estado, sociedade civil e setor privado é uma das formas mais democráticas e eficazes de promover a transformação social. (GHANEM, 2007).

⁵ Nas palavras de Cunha (2010, p.30) o: “[...] novo voluntariado no cenário público nacional deu-se concomitantemente ao surgimento do que se convencionou chamar de terceiro setor. De limites difusos e origens pouco claras, é razoável supor que seu aparecimento tenha se dado e sustentado por uma rede de relações entre diversos atores [...]”.

Quais as motivações inconscientes podem estar em jogo, em tais ações? Serão elas sempre úteis e adequadas àqueles que as recebem? E esses outros a quem nos referimos nessas situações como carentes, desfavorecidos, excluídos, marginalizados, desamparados, que posição ocupam nessa relação, o que pode vir a produzir nesses sujeitos uma possível experiência como essa? (FERRARI, 2010, p.19)

Talvez as respostas para essas perguntas em algum momento nos ajudem a entender a real dimensão do voluntariado em meio a inúmeras esferas e campos sociais em que transita historicamente, seja pelos indivíduos ou por instituições públicas e privadas sem perder a essência que caracteriza o voluntariado, isto é, o ato de ajudar o próximo.

Na antiguidade, precisamente na Índia, o Rei Asoka através de suas 33 inscrições em pedras espalhadas pelo seu reino⁶, os Pilares de Asoka, e que se tornaram conhecidos historicamente como os Éditos de Asoka, para além do período de seu reinado, o império Máuria, entre 269 e 231 a.C, deixou um legado de ensinamentos morais e éticos solidificados por orientações, práticas e modelos institucionais compartilhados e legados ao povo de seu império. Estas orientações, práticas e modelos morais foram passadas pelas inscrições e tinham como tema central o *Dhamma* (em páli: धम्म) ou *Dharma* (em sânscrito: धर्म), que segundo a tradição indiana dos vedas e posteriormente também no Budismo, compreendiam as leis da natureza consideradas coletivamente e o entendimento da natureza como ela é em si mesma, isto é, um preceito filosófico em termos de pensamento e de prática, e em termos de ações sobre a ecologia do respeito nas relações entre os indivíduos e seres do mundo visando a harmonia.

O *Dhamma para o Rei Asoka, segundo Seneviratna (1994, p. 2-3)*, tornou-se a sua *práxis* da justiça com influências budistas nas inscrições e nas atitudes que os indivíduos passariam a ter e receber na vida diária. Os exemplos dados pelo Rei foram muitos: abolição da pena de morte; a declaração de apoio a todas as religiões que superava e muito a tolerância passiva e concretizou-se com a criação de cavernas para os ascetas não budistas, solicitações públicas de respeito aos que não professavam religiões, bem como pedidos e orientações para que ninguém denegrise outras religiões, mas ao invés disso buscasse se informar sobre as mesmas; passou a proteger diversas espécies de animais e suprimiu os banquetes e seus excessos; plantou árvores frutíferas e construiu poços ao longo de estradas no intuito de atender os viajantes, dentre outras (SENEVIRATNA, 1994, p.3-4).

Em Alexandria, no Egito, e depois em Roma, segundo os historiadores romanos Dião Cássio em sua obra *História Romana* (LX, 23, 3) e Tácito, em sua obra *Anais* (XI, 35), um serviço público reconhecido pelo fundador do império romano Caio Otávio Augusto, no ano 6 d.C. foi inicialmente e por um longo tempo uma atividade voluntária, os *Vigiles Urbanis* ou “Vigias Urbanos”. Eram pessoas que se voluntariavam para ajudar em serviços semelhantes aos de vigias noturnos e o de brigadas de incêndio nos dias atuais. O intuito era apenas zelar pela manutenção das ruas, principalmente à noite, buscando por qualquer sinal de incêndio sem supervisão ou acidental, além de pequenos furtos e agressões.

Segundo Paul Veyne (2015, p.14), em Roma existia uma prática comum reconhecida hoje pelo termo evergetismo, uma atitude reconhecida e advinda da cultura grega, algo muito similar ao mecenato já praticado por comerciantes gregos no Egito Ptolomaico e na Anatólia (Ásia Menor) àqueles que “ajudavam a cidade” (εὐεργετιν τὴν πόλιν). Nas palavras de VEYNE (2015, p.14): “[...] em geral, uma beneficência era uma evergesia”. Não era um ato religioso, o autor afirma que:

O evergetismo consiste no fato de que as coletividades (cidades, colégios...) esperam que os ricos contribuam com seus próprios recursos para as despesas públicas, e que suas expectativas sejam atendidas: os ricos contribuam com as despesas públicas espontaneamente ou de bom grado. (VEYNE, 2015, p.14)

Os exemplos de proteção, cuidado e interesse cívico com a sociedade observados nestes períodos da antiguidade reproduziam e antecipavam ideais de solidariedade e responsabilidade social muito antes da filosofia e da doutrina cristã de *caritas* no latim ou *Χάρις* (*Cháris*) em grego, bem como da doutrina de salvação dos pecados pelas doações e pela ajuda aos que estavam à margem da sociedade. Os elementos do voluntariado atual (gratuidade, atitudes desinteressadas, busca pelo bem comum, exercício de cidadania, dentre outros), como foi visto pelos exemplos, já estavam presentes na antiguidade de forma latente. E seria perfeitamente possível citar muitos outros exemplos⁷, seja por influência de doutrinas religiosas, ideologias políticas, interesses particulares, ou ainda outros em diversos momentos históricos da antiguidade.

⁶ Hoje essas inscrições são encontradas na Índia, no Nepal e Paquistão.

⁷ Segundo Robin Waterfield (2018, p.30), para Estrabão, um historiador, geógrafo e filósofo grego, os cidadãos da cidade de Rodes, conhecida pela grande estátua de Rodes: “[...] o povo da cidade de Rodes, no mediterrâneo mostravam-se muito zelosos do bem-estar do povo, embora a sua república não seja uma democracia: esperavam, com isso, conter a classe tão numerosa dos pobres; além das distribuições periódicas, de trigo, feitas pelo Estado, os particulares enchiam-nos de liberalidades. Esta liberalidade dos ricos, assume, amiúde, o caráter de uma ‘liturgia’ (serviço público). Vem por conta deles um abastecimento completo de viveres, de modo que o pobre tem sempre assegurava a sua subsistência”.

Ao compreender que estes arquétipos históricos do voluntariado se reproduziram em diversos momentos na antiguidade, tanto na esfera pública, quanto na esfera privada, contribui para reconhecer que o voluntariado se estabeleceu como uma ação histórica universal. Ação essa estabelecida, a partir da construção material das políticas públicas de cada cidade e Estado, bem como das ações e instituições como exemplos concretos, que paulatinamente, firmaram os princípios e elementos essenciais, nos quais dispõe as atitudes de interesse pela coletividade, isto é, atitudes voluntárias cívicas. Atitudes que não partiram necessariamente de uma prática doutrinária religiosa ou política, mas de uma prática moral e de fórum íntimo visando o coletivo.

A partir da idade média a influência da igreja, pouco à pouco, estabeleceu uma cultura e uma tradição ao longo dos séculos acerca da caridade instruindo procedimentos de salvação pela expiação dos pecados ou pela redenção da *caritas* ao próximo. Estes ensinamentos foram estabelecidos teologicamente pela doutrina da igreja primitiva através da primeira carta de Paulo aos Coríntios⁸ e estabelecida concretamente pelos atos de amor ao próximo exercidos em todo lugar, segundo Veyne (2009, p.580), atos esses, legitimados, principalmente nas cidades, em instituições de caridade entre os séculos IV e VI⁹. Estas instituições da igreja solidificaram a prática das ações de caridade, isto é, a atividade voluntária gradualmente se organizava por meio de instituições físicas e normativo jurídicas. As diversas ordenações e instituições de caridade com base nos ensinamentos doutrinários teológicos da igreja se multiplicaram e repercutiram nas fundações da prática do voluntariado no Brasil.

A Santa Casa de Misericórdia de Olinda foi fundada em 1539¹⁰, de acordo com Sobolh e Widman (2011, p.27), e os primeiros voluntários organizados no Brasil foram os portugueses que inauguraram na capitania de São Vicente o hospital Santa Casa de Santos. A instituição, liderada por Brás Cubas, foi fundada em 1543 e recebia doações de famílias influentes, além de contar com o apoio de voluntários nos trabalhos diários. Segundo os autores, *Caridade* era o nome que representava a solidariedade dos voluntários “Terra da Caridade e da liberdade” (SOBOLH e WIDMAN, 2011, p.27). Analisar a história do voluntariado no Brasil é compreender, segundo Dal Rio (2004, p.68), que as principais atividades voluntárias, ou melhor, filantrópicas e de caridade, pois são os termos corretos para um período de pouco mais de 400 anos, em que a Igreja e demais religiões e credos ofereciam o suporte e a iniciativa social para atender as demandas coletivas onde o Estado estava ausente. Ainda segundo a autora, apesar dos estudos não reconhecerem durante muito tempo o tema do voluntariado como relevante para maiores aprofundamentos, pois geralmente era identificado como uma manifestação:

[...] de origem religiosa e com a atuação de mulheres abastadas e benemerentes, só ganharam visibilidade nas últimas décadas, em razão das lutas pelos direitos humanos, civis e sociais, e começaram a ser vistos por alguns setores da sociedade como possibilidade da ação cívica e de ação voltada para o bem público. [...] O voluntariado, entretanto, é um produto histórico que vem se desenvolvendo ao longo do tempo e está em constante evolução. (DAL RIO, 2004, p.69)

Esse processo de evolução do voluntariado passa por uma racionalização das ações voluntárias e de suas estruturas a partir do final do séc. XIX para o séc. XX. A racionalização não foi exclusiva do voluntariado e nem definitiva para uma mudança radical de suas atividades até então predominantemente assistencialistas.

No séc.XX, as ações organizadas, chegaram ao país por meio da Cruz Vermelha em 1908 e em 1910 pelo “estabelecimento do escotismo, organização que tem como lema “ajudar o próximo em toda e qualquer ocasião” (SOBOLH e WIDMAN 2011, p.30). As ações voluntárias organizadas passaram a demandar uma regulamentação na medida em que diversificava ao longo do séculos as iniciativas em múltiplos campos de atuação social e pela diversificação de seus modelos estruturais, isto é, suas formas se adaptaram as necessidades da sociedade por meio de organizações que vieram por iniciativa do Estado através das instituições, do mercado pelas empresas em formato de ONGs, na manutenção de instituições religiosas ao diversificarem as ações filantrópicas em formatos de institutos e projetos sociais e a própria sociedade civil organizada em modelos de comunidade e de associações.

Esse cenário em construção foi acompanhado de institutos jurídicos necessários diante dessa diversidade que clamava por regulamentações para os novos modelos e formatos do voluntariado. Segundo Sobolh e Widman (2011, p.30) em:

⁸ I Coríntios 13,13: “Agora, portanto, permanecem fé, esperança e caridade, essas três coisas. A maior delas, porém, é a caridade.” (Bíblia de Jerusalém, 2008, p.2010).

⁹ Segundo Veyne (2009, p.580), entre os séculos IV e XII as instituições, por diferentes origens de financiamento, foram se ampliando e incorporando uma diversidade de práticas de caridade segundo as necessidades do povo. As doenças, a velhice, a morte, a viuvez e várias outras demandas saíram do âmbito doméstico e aos poucos foram sendo expostos como um problema social que demandava atenção por parte da população. Já no século X as ordenações da igreja (Ordem de São João, São Pedro, dentre outras) fundavam os mosteiros, asilos e hospitais inspirados na Fundação Hospitalar do Cristo-Todo-Poderoso provida de um regulamento detalhado por João II Comneno em 1126.

¹⁰ A “Casa de Deus” como era chamada por Brás Cubas não possuía só o atendimento médico. A casa oferecia local de descanso para os marinheiros que aportavam em Santos, além de “[...] oferecer auxílios para as viúvas, pousada para os peregrinos, os cativos obtinham resgate e transporte para a pátria, as donzelas pobres conseguiam dotes para se casar e os defuntos tinham um enterro digno”, Luciana Reda Claro apud Sobolh e Widman (2011, p.27).

[...] em 1935 foi promulgada a Lei de Declaração de Utilidade Pública pelo então presidente Getúlio Vargas, para regulamentar a colaboração do Estado às Instituições filantrópicas. Em 1942, o mesmo Getúlio Vargas e sua esposa, Darcy, criaram a Legião Brasileira de Assistência, com o objetivo de auxiliar as famílias dos soldados brasileiros enviados para combater na segunda guerra. A instituição foi extinta pelo presidente Fernando Henrique Cardoso.

Uma outra normativa com fins a regulamentar e solidificar os fundamentos do trabalho voluntário foi a lei de nº. 9.608 sancionada pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso em 18 de fevereiro de 1998:

O principal mérito desse instrumento foi estabelecer o limite entre o trabalho voluntário e a relação de emprego, definindo claramente um dos conceitos fundamentais da prática voluntária, que é o não recebimento de remuneração.

Os frutos desse processo estrutural do voluntariado produziram um grande avanço da atividade no Brasil e o país se tornou uma das referências em projeção do desenvolvimento do trabalho voluntário no mundo, lhe habilitando a ser chamado para discursar nas Nações Unidas em 2001. A representação da responsabilidade e do comprometimento com o desenvolvimento do trabalho voluntário no Brasil foi dada a Milú Villela¹¹ ao apresentar a resolução "Seguimento ao Ano Internacional do Voluntário" em nome de 143 países, durante a 57ª Assembleia Geral da ONU (SOBOLH e WIDMAN, 2011, p.38). O papel Milú Villela como coordenadora da iniciativa no Brasil do Dia Internacional do voluntariado, bem como do Ano Internacional do voluntariado foi fundamental para provocar no país um grande avanço na participação da população nas ações voluntárias.

Em 2017 o Brasil, segundo o IBGE (2018) pelo portal PNUD Contínua, terminou o ano com mais de 820 mil ONGs atuando e desse número 709 mil (86%) associações civis sem fins lucrativos, 99 mil (12%) são organizações religiosas e 12 mil (2%) são fundações privadas. A presença regional das organizações segue a distribuição da população: a região Sudeste tem 40% das organizações, seguida por Nordeste (25%), Sul (19%), Centro-Oeste (8%) e a região Norte (8%).

O retrato do voluntariado no Brasil, de acordo com os dados estatísticos apresentados pelo IBGE no dia 02 de maio de 2018 é de um crescimento do voluntariado por um perfil mais amplo e diversificado da matriz histórica das ações voluntárias. Em 2017, ainda segundo os dados, 7,4 milhões de brasileiros atuaram no voluntariado, 840 mil pessoas a mais que em 2016, apesar do aumento na quantidade de pessoas, a média de horas dedicadas por semana, por indivíduo, caiu de 6,7 para 6,3 horas no ano passado (IBGE, 2018).

O portal do PNUD Contínua, ainda observa que dos 7,4 milhões de pessoas trabalhando em ações voluntárias, 91% trabalham por meio de empresas, organizações ou instituições e que 9% atuam de forma individual. Dos 91% trabalham por meio de congregação religiosa, sindicato, condomínio, partido político, escola, hospital e asilo 79,8%; por outros locais 14,8%; e 13% por associações de moradores, associação esportiva, ONG, grupos de apoio ou outras organizações (IBGE, 2018).

Ao cruzar esses dados do IBGE apresentados pelo Portal PNUD Contínua com os dados do último relatório da UNV sobre o voluntariado no mundo é possível observar dentre outros pontos o fato de que no Brasil as atividades voluntárias são majoritariamente concentradas nas instituições e organizações não governamentais, isto é, os 91% representam um predomínio do voluntariado formal sobre o informal, enquanto que no mundo o voluntariado informal é representado por um percentual de 70% na esfera informal em relação aos 30% da atividade voluntária formal. A explicação mais aceita para essa diferença seria a da construção histórica pelo predomínio do modelo assistencial e filantrópico das instituições religiosas e ao atraso na implementação e organização de políticas públicas no apoio ao voluntariado no decorrer do século XX. Um outro aspecto que pode ter contribuído para essa diferença está relacionado ao nível educacional. Enquanto apenas 2,9% das pessoas sem instrução ou com fundamental incompleto promovem ou participam do trabalho voluntário, essa proporção sobe para 8,1% daquelas com nível superior completo.

A pesquisadora e analista de Trabalho e Rendimento, Alessandra Brito, destacou algumas hipóteses que explicam esse resultado em referência aos 9% que se voluntariam sem estar vinculados a uma instituição ou organização:

Pode ser por causa do maior acesso à informação da população graduada, que sabe onde realizar esse tipo de trabalho. Pessoas com nível superior completo costumam estar melhor inseridas no mercado, com mais tempo livre, e podem ter uma maior conscientização frente aos menos escolarizados. (IBGE, 2018)

¹¹ O papel de coordenadora da iniciativa no Brasil do Dia Internacional do voluntariado, bem como do Ano Internacional do voluntariado que provocou em conjunto com inúmeros outros programas e iniciativas um grande avanço no país na participação da população nas ações voluntárias.

A construção histórica da ação voluntária e os dados atuais apresentam um caminho no qual o voluntariado se tornou cada vez mais organizado em suas estruturas e com uma maior diversidade de formas e modelos inseridos na sociedade a partir da década de 90. Um novo Os novos programas implementados a princípio foram incentivados pela Rede de Proteção Social criada em 1995 pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso e que tinha a iniciativa da antropóloga e primeira dama do Brasil Ruth Cardoso, o Programa Comunidade Solidária¹², no qual estabeleceu o início de uma nova matriz do voluntariado no Brasil (.

De acordo com Corullón (2002, p.26), o apoio as novas diretrizes da ação voluntária no Brasil permitiam um voluntariado mais participativo e cidadão, de acordo inclusive com as orientações e estímulos mencionados nos primeiros dois relatórios da UNV para políticas governamentais no apoio as organizações e instituições voltadas para as ações voluntárias. A autora ainda observa um outro salutar do programa que foi em: “[...] dar organicidade nacional ao movimento, montando as condições para a criação de centros de voluntários”¹³ (CORULLÓN, 2002, p.26).

Do assistencialismo dominante na cultura brasileira do voluntariado para uma mudança real a promoção e desenvolvimento da responsabilidade social e exercício concreto da cidadania. Para Corullón (2002, p.26) significou que é a: “[...] superação do assistencialismo na tônica do novo padrão de voluntariado que se instalou no Brasil. Embora continue importante atender populações em situação de risco, o conceito chave não é mais apenas socorrer os necessitados – é promover a cidadania”.

Para Landim e Scalon (2000, p 69) ao atentar para atividades voluntárias e ações sociais, as culturas “estatizante” e de “caridade” se desenvolveram e mantem num convívio histórico no país. Essas duas faces de uma mesma moeda – Estado ou caridade – restringiram à um pequeno espaço o reconhecimento das ações “privadas, porém públicas”. A mudança dessa tendência histórica é muito recente e vem se afirmando com as novas ideias de organização e racionalização da atividade voluntária e de cidadania ampliada.

É importante salientar que ressalvado qualquer excesso radical no que configura a construção histórica do voluntariado a partir de quaisquer de seus modelos o que se almeja para o futuro do voluntariado é a manutenção de seus princípios aliados com uma expansão da sua diversidade de atuação, bem como na articulação nos níveis dessas mesmas diversidades. Dito isso, o importante é entender que, tanto o esforço histórico da caridade e filantropia individual ou organizada pelas entidades que prestavam o assistencialismo para com as necessidades sociais, quanto os modelos que ampliam os objetos e objetivos das ações voluntárias no cenário local, nacional e global de hoje estão legitimando todo um corpo de ações com um ponto central, isto é, uma diretriz que compreende todas as demandas e ações em um único ponto de mediação para o bem comum, esta diretriz é a solidariedade humana em toda a sua complexidade.

A cidadania na mesma medida em que amplia o espectro de campos de atuação e interesses mediante as demandas sociais, também reconhece a complexidade dos temas e da diversidade em cada um desses novos campos. Segundo Corullón (2002, p.26): “A ênfase passa a ser a educação, a capacitação profissional, [...] preservação ambiental, promoção da ética na política e nos negócios, cultura, defesa de direitos”. O agente voluntário incorpora um ativismo sem preconceitos com o fato de ser voluntário e percebe que sem buscar agir transformando sua realidade a partir de si e de grupos não serão apenas mobilizações e debates que criarão e promoverão mudanças reais no mundo em que está inserido.

Assim, o apelo e o reconhecimento feito pelos dados, elencados nos relatórios da UNV- Nações Unidas, permitiu compreender algumas das diversidades e amplitudes do voluntariado no mundo, inclusive os novos modelos e formas na aplicação das ações voluntárias, bem como das atitudes dos voluntários diante dessa dinâmica de formas. O voluntariado é uma ferramenta de transformação social com um repertório de instrumentos novos criados e apresentados a cada momento no mundo mediante as necessidades e relações estabelecidas com as novas dimensões e diversidades políticas, sociais, morais, jurídicas e econômicas, dentre várias outras.

¹² Trata-se de um programa do governo federal brasileiro criado em 1995 pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso, que assinou o Decreto n. 1.366, de 12 de janeiro de 1995. O programa teve sua eficácia encerrada em dezembro de 2002, sendo substituído pelo Programa Fome Zero. Durante o tempo de sua vigência esteve vinculado diretamente à Casa Civil da Presidência da República, e foi presidido pela então primeira-dama do país, Ruth Cardoso, o programa estava integrado a Rede de Proteção Social (PERES, 2005, p.13).

¹³ “Em quatro anos foram construídos mais de 30 centros de voluntários, instituições inéditas no país, espalhados por mais de 16 estados e distrito federal. São núcleos regionais de referência, divulgação, capacitação e organização da oferta e demanda de voluntários. Completando a estratégia, o programa de voluntários investiu na capacitação e na produção de conhecimento sobre o tema. Cursos e seminários para formação de dirigentes foram realizados em diversas cidades. Especialistas brasileiros e do exterior foram chamados a redigir os primeiros estudos sobre o voluntariado brasileiro. Produziram-se as primeiras pesquisas sobre a ação voluntária no Brasil, os primeiros manuais com voluntários” (CORULLÓN, 2002, p.26).

Em janeiro de 2001 foi aprovada pelo Conselho Internacional dos Diretores da IAVE – Associação Internacional do Esforço Voluntário, em sua 16ª Conferência Mundial, realizada em Amsterdã a Declaração Universal do Voluntariado, à qual transcrevemos sua parte inicial em que reforça o voluntariado como ferramenta fundamental para a sociedade e descreve os principais aspectos elencados e abordados por este artigo:

O voluntariado, ferramenta fundamental à sociedade, dá vida às mais nobres aspirações da humanidade – a busca da paz, liberdade, segurança, justiça e oportunidades para todos. Nesta era da globalização e de mudança contínua, na qual o mundo se torna menor, mais complexo, voluntários de todos os países abrem caminho para: a sustentação e o fortalecimento dos valores humanos necessários à vida em comunidade; o exercício de direitos e responsabilidades, como parte do aprendizado que permite a cada indivíduo desenvolver ao máximo seu potencial humano; a realização de conexões, em meio às diferenças que nos afastam, para que possamos viver e trabalhar juntos, provendo soluções inovadoras para os nossos desafios, moldando assim nosso destino coletivo. No amanhecer do novo milênio, o voluntário é essencial para todas as sociedades. É ele que transforma em realidade prática e efetiva a Declaração das Nações Unidas segundo a qual “Nós, o povo”, temos o poder de mudar o mundo. (IAVE, 2001, p.1)

Como foi muito bem apresentado pelo texto inicial da Declaração Universal do Voluntariado, o cenário mundial em que as ações voluntárias se apresentam continuamente em desenvolvimento e de forma flexível diante de suas diversidades em níveis locais, nacionais e globais permitem minimamente compreender o tamanho do desafio das ações voluntárias perante as necessidades e complexidades da sociedade humana. Para corresponder aos anseios de como as ações e os próprios voluntários possam se reconhecer nas atividades, as definições atuais do voluntariado em nenhum momento pleiteiam limites que possam suprimir individualidades e grupos. O voluntariado é um todo orgânico e flexível em sua construção contínua em cada nível da sociedade humana. Suas habilidades de mutação e adaptação aos meios em que interage e intervém passiva e ativamente permitem as transformações sociais que o ser humano busca a partir de suas necessidades.

Uma descrição desses aspectos mais gerais sobre o voluntariado que incorpora todos os modelos e tipos de atividades voluntárias é reconhecido na definição da Fundação Abrinq pelos direitos da criança, em 1995, no qual define o voluntário, segundo Sobolh e Widman (2011, p.42) como: “o ator social e o agente de transformação, que presta serviços não remunerados em benefício da comunidade”. A transformação promovida pela ação voluntária pode ser compreendida a partir de duas perspectivas gerais, isto é, a do agente que promove as ações voluntárias e aqueles que recebem o benefício das ações. E se leva em consideração, também, o fato de que esta transformação é tanto particular, quanto social para os indivíduos.

Neste item 3 aborda-se mais especificamente a transformação social promovida pela ação voluntária. Transformação essa, na qual, seja possível partir, tanto da perspectiva do voluntariado de assistencialismo, quanto pelo voluntariado de promoção da cidadania, pois em ambos a transformação social é percebida a partir de seus resultados por políticas públicas, iniciativas privadas ou ainda pela integração de ambas.

Como exemplo de parceria e integração das políticas públicas com a iniciativa privada e a solidariedade, o caso da Islândia, que tornou possível ao país que os seus jovens deixassem os índices de 42% no uso de álcool, 22% no uso da nicotina e 17% no uso de drogas no final da década de '90 para os menores índices da Europa e do mundo em menos de duas décadas. Esses resultados só foram possíveis quando em 1999 o ICSRA – *Icelandic Centre for Social Research and Analysis* foi fundada e conduziu através do trabalho de pesquisa de Milkman e sua equipe, um programa nacional de pesquisas sobre a juventude entre crianças e adolescentes de 10 a 20 anos de idade (PLANET YOUTH, 2019).

O programa *Icelandic Youth*¹⁴ tinha como ideia inicial¹⁵ pautada na mudança natural na química do cérebro e que permitiria alcançar a mesma experiência sem os efeitos negativos das drogas. Os dados foram utilizados para mobilizar o poder público e a iniciativa privada para mudarem a realidade social do país. O Estado da Islândia alterou a lei para incentivar os jovens a se envolverem com suas famílias e reduzirem o tempo que passavam fora de casa, bem como introduziu um toque de recolher para jovens entre 13 e 16 anos nos meses de inverno até as 22hs. Os pais e a comunidade se reuniram para formaram grupos e patrulhas em seus respectivos bairros e locais de moradia orientando e informando as autoridades quando necessárias. Com a expansão e o alcance dos voluntários e suas comunidades o Estado criou uma organização de apoio chamada *Home and School* que possuía áreas de atuação e foco¹⁶ específicas no suporte da comunidade e das famílias em todo o país. Assim, o país aumentou os investimentos e apoio a iniciativa privada na oferta de atividades para os jovens na música, no teatro, na dança e nos esportes que ganharam maior repercussão devido aos resultados da campanha da seleção da Islândia até sua classificação e conquista da vaga, pela primeira vez em sua história, para a copa do mundo de futebol (ESPARZA, 2017).

De um extremo ao outro em menos de 20 anos representou a construção de uma base sólida na conjunção de políticas públicas com apoio político, ciência e pesquisa com educação e saúde e voluntariado com solidariedade, todos integrados formando uma base comum.

Assim, um dos aspectos fundamentais, se torna a solidariedade, pois encontra-se presente tanto no voluntariado por assistencialismo, quanto pelo voluntariado de promoção da cidadania. Esta solidariedade é promovida por um voluntariado orgânico. Este é capaz de alcançar transformações sociais a partir de seus resultados, em atividades interventivas e comprometidas com o meio em que os indivíduos interagem e aperfeiçoam suas relações de convivência em toda multiplicidade e diversidade dos níveis locais, nacionais e globais em que possam estar inseridas. Segundo Selli e Garrafa (2006, p.249), uma diretriz solidária aos moldes de um voluntariado orgânico:

[...] visa à transformação social na busca de políticas públicas democráticas e equitativas – e produz mudanças em nível individual e coletivo. As mudanças entendidas como benéficas para o indivíduo compreendem a busca da justiça. O sujeito da solidariedade, pela prática solidária crítica, estabelece, com os destinatários da atividade voluntária orgânica, relações que lhes possibilitam descobrir-se como sujeitos capazes de exercerem seus direitos políticos e civis, de liberdade e igualdade. Na medida em que o indivíduo se reconhece como sujeito que possui direitos e deveres, tanto no plano social quanto no político, terá as condições necessárias para fazer suas escolhas e responder pelas consequências de suas decisões. (SELLI e GARRAFA, 2006, p.249)

No horizonte de um voluntariado orgânico, o ponto central é o exercício da cidadania em busca de sua máxima expressão e potência pelos agentes voluntários. O alcance dessa máxima expressão de cidadania é, para os destinatários, o estabelecimento de relações que possibilitem o exercício de direitos políticos e civis, de liberdade e igualdade, de fraternidade e convivência comuns.

Esse entendimento está alinhado com a percepção e orientação do relatório de 2015 da UNV onde se lê que:

Existe um consenso generalizado de que a futura agenda de desenvolvimento tem de ver algumas mudanças radicais para envolver melhor as pessoas no seu próprio desenvolvimento, da comunidade e do país. Mecanismos aprimorados de engajamento cívico são necessários para permitir novas discussões, negociações e decisões. Este relatório mostra, usando um corpo de conhecimento coletado através de estudos de caso, que o voluntariado fornece um canal chave para este envolvimento desde o local até os contextos nacional e global. À medida que os níveis local e global se tornam mais ligados por meio de novos atores de governança, o voluntariado também está adaptando e mudando; os cidadãos ativos e globais já estão engajados de diferentes maneiras, em níveis diferentes, para abordar questões de governança tradicionais e emergentes. (UNV, 2015, p.XIV)

¹⁴ Hoje exportado e implementado em toda a Europa com a denominação de *Europe Youth* e mais recentemente para vários países do mundo como o Chile na América Latina com o nome de *Planet Youth*.

¹⁵ que era mostrar que os jovens que estavam usando drogas de forma problemática estavam viciados em uma mudança na química do cérebro, e não nas drogas em si. Ele acreditava que eles estavam buscando uma mudança na consciência para ajudar a lidar com o estresse, uma experiência que não tem que envolver o uso de drogas. Milkman achava que criar uma mudança natural na química do cérebro proporcionaria a experiência desejada pelos jovens, mas sem os efeitos colaterais problemáticos das drogas. Além disso, tais atividades aumentariam o bem-estar, o autovalor e proporcionariam relacionamentos positivos com os outros.

¹⁶ Para aumentar a importância de passar tempo de qualidade com as crianças em casa. Para conversar com as crianças sobre suas vidas e experiências. Para saber quem eram os associados das crianças. Para garantir que as crianças ficassem presas ao toque de recolher e estivessem em casa à noite.

De uma ação voluntária orgânica individual, como ler um livro para uma criança; ajudar um estrangeiro perdido a localizar-se em um determinado local ou simplesmente ajudar uma pessoa idosa na travessia de uma faixa de trânsito; para uma ação voluntária orgânica coletiva, o fator da solidariedade está presente como um fator de consciência ou aperfeiçoamento, isto é, de consciência moral e ética do agente para com o beneficiário e deste para o agente. Sim! De fato, é uma troca contínua, pois não se trata apenas de ajudar sem olhar aquém. Se busca uma aproximação e integração com as pessoas beneficiárias das ações voluntárias e da busca por sua transformação no meio social em que a relação entre o agente e o beneficiário se encontram. Segundo Selli e Garrafa (2006, p.249): “O comprometimento com o outro na vida em coletividade supõe abertura total às múltiplas dimensões da realidade, tanto do indivíduo como sujeito, quanto da realidade sociopolítica na qual ele está inserido e exerce seus papéis de pessoa e de cidadão”.

No mesmo entendimento a antropóloga Andrea Lopes (2008, p. 147) ao distinguir o voluntariado em formal e informal explica que em ambos os enquadramentos da ação voluntária a pessoa é estimulada por interesses de participação e cidadania. A pessoa como agente voluntário não está apenas doando, mas também trocando talentos, competências, benefícios e principalmente solidariedade humana, que segundo a pesquisadora em seu estudo, foram exatamente os elementos apontados pelos entrevistados.

No Brasil a burocracia e corrupção frustraram muitos projetos e programas político-sociais como o “Programa Pão e Leite”, “O crédito subsidiado do BNDES”, “Programa Comunidade Solidária”, “Fome Zero” e por último, apesar de registrar importantes melhorias nos índices e estatísticas sociais no país, o “Bolsa Família” sofre com inúmeros problemas quanto a dependência eleitoral e manipulação de inscritos fazendo com que apenas 12% dos beneficiários do programa ascendessem socialmente em seus 10 primeiros anos. O Estado não pode mais responder nem como autoridade absoluta para os programas e mediações dos problemas sociais, e nem como responsável final das falhas e problemas. Modelos de integração das responsabilidades e dos responsáveis convergindo o poder público, a iniciativa de capital privado, o voluntariado formal e informal e os demais agentes da sociedade civil estão sendo apresentados ao mundo paulatinamente em diversos países, como o exemplo da Islândia.

Uma medida nesse sentido para o Brasil pode estar surgindo, pelo menos em teoria, através do Projeto de Lei 11278/18 que cria a Política Nacional do Voluntariado para promover a responsabilidade cívica e social integrada com a participação de cidadãos por meio de ações voluntárias. De acordo com o texto as ações seriam executadas de forma articulada entre governo, sociedade civil e setor privado, ao adotarem como princípios e diretrizes das ações a cidadania, a ética, a fraternidade, a tolerância, a solidariedade, os direitos humanos, a inclusão social, entre outros. Diversos incentivos para adesão aos programas e ações voluntárias serão homologados por lei (SOUZA, 2019).

Ao considerar o voluntariado na particularidade de suas principais dimensões de atuação formal e informal, ao apontar para seu principal elemento de desenvolvimento das práticas voluntárias, a solidariedade e ainda reconhecer por dados, relatórios e até legislações a complexidade e a construção histórica do voluntariado passando por assistencialismos, mecenatos, filantropias e paternalismos compartilhados pela iniciativa pública e privada, política e religiosa, cidadã e empresarial é possível reconhecer a grande necessidade de convergência de cada Estado, organização, instituição, grupos e comunidades públicas e privadas no desenvolvimento das transformações sociais.

A solidariedade constrói por essa convergência de forças e atitudes orgânicas mudanças político-sociais através das formas em que este voluntariado orgânico possa atuar baseado na moral de ajuda ao outro. A solidariedade é fundamentalmente espontânea e precisa ser apoiada por uma legislação orgânica que entenda a dinâmica de suas atividades a partir de políticas públicas que deem suporte instrumental e material na manutenção dessas mesmas atividades, isto é, por meio da ação concreta de grupos organizados de voluntários comprometidos com transformações sociais, buscando por meio das ações, projetos e programas uma maior inclusão crescente de um maior número possível de cidadãos nas decisões públicas que lhes digam respeito.

Voluntariado não é um conjunto disperso de ações independentes e isoladas. A solidariedade é espontânea, mas carece de organização na racionalização de seus processos e de sua atuação, bem como de uma articulação expansiva para integrar e fortalecer os níveis e setores em que desenvolve suas atividades. Logo, o sentimento de ajudar o próximo é potencializado em cada ação organizada e gerida racionalmente em suas bases integradas convergindo um dos grupos organizados, seja ele pública ou privado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O campo do voluntariado, portanto, é um amplo e diversificado conjunto de organizações e iniciativas privadas, sem uma definição fechada, mas apoiadas por formas e modelos institucionais também diversificados, que prestam serviços sociais a indivíduos e grupos em situação de vulnerabilidade econômica e/ou social, assumindo finalidades públicas e cada vez mais integradas com um ativismo cívico transformador e consciente em todo o mundo.

Ao examinar alguns dos elementos e arquétipos do trabalho voluntário na história, mais particularmente do Brasil e em seguida discutindo sobre o desenvolvimento da atividade voluntária, na atualidade, de algumas de suas orientações de base para a definição e organização de seus fundamentos apontados principalmente pelas declarações de regras e legislações atuais, bem como de alguns de seus conceitos na literatura.

A busca pelo reconhecimento do voluntariado como instrumento de realização da cidadania ativa e de participação dos cidadãos no atendimento das necessidades sociais da coletividade permitiu alcançar um entendimento inicial sobre os novos modelos de ações voluntárias baseadas no voluntariado organizado e visando a promoção da cidadania, não necessariamente no contraponto ao assistencialismo e paternalismo, mas reconhecendo os esforços históricos e a grande presença cultural das instituições religiosas para os fundamentos da solidariedade e das atividades voluntárias nos dias atuais.

Esta busca pelo desenvolvimento conjunto do voluntariado com o Estado e o capital empresarial privado tem promovido transformações estruturais nas sociedades, apesar de algumas amarras burocráticas e desvios de conduta moral prejudicarem as reformas e programas do Estado em apoio ao voluntariado. Neste mesmo sentido um outro aspecto percebido ao longo desse estudo, é a constatação de que o grande problema para a atuação voluntária não seria apenas de ordem legislativa, mas também de uma falta de apoio do Estado ao não disponibilizar um modelo de legislação mais orgânica em parceria com programas e políticas públicas na criação de meios e mecanismos que possam interligar as necessidades coletivas com o estímulo da prática do voluntariado como o exercício da cidadania atuante, isto é, um maior engajamento para a coesão e inclusão social pelo apoio à família e a comunidade em fraternidade e solidariedade.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS:

BARBOSA, Maria Nazaré Lins; OLIVEIRA, Carolina Felipe de. *Manual de ONGs: Guia prático de orientação jurídica*. – Rio de Janeiro: ed. FGV, 2011.

BRASIL. **Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998**. Dispõe sobre o serviço voluntário e dá outras providências, Brasília, DF, 18 fev 1998.

BRASIL. **Lei nº 13.297, de 16 de junho de 2016**. Altera o art. 1º da Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, para incluir a assistência à pessoa como objetivo de atividade não remunerada reconhecida como serviço voluntário. Brasília, DF, 16 Jun. 1998.

CEV. European Volunteer Center. **Volunteering in Western Balkans**. Examples of Albania, Bosnia and Herzegovina and Croatia, 2008. Facts and Figures Report. Brussels. Disponível em: <http://lda-subotica.org/en/seminar-on-the-promotion-of-local-and-international-youth-volunteering-for-peace-building-and-conflict-resolution-in-europe/>. Acessado em: 12/06/2019.

CEV. *Volunteering in the European Union. Final Report submitted by GHK*. - London: GHK, 2010. 326 p. Disponível em: http://ec.europa.eu/citizenship/pdf/doc1018_en.pdf. Acesso em: 12/05/2019.

CORULLÓN, Mónica Beatriz Galiano. **Voluntariado na empresa: gestão eficiente da participação cidadã**. - São Paulo: Peirópolis, 2002.

CUNHA, Marcia Pereira. **Os andaimes do novo voluntariado**. – São Paulo: Cortez, 2010.

DAL RIO, Maria Cristina. **O trabalho voluntário: uma questão contemporânea e um espaço para o aposentado**. – São Paulo: Editora Senac, 2004.

Dião Cássio (Dio Cassius). **Roman History**. Trad. do latim por Herbert Baldwin Foster. – London, ed. Loeb Classical Library, 1914.

DOMENEGHETTI, Ana Maria. **Voluntariado: Gestão do Trabalho Voluntário em Organizações Sem Fins Lucrativos**. São Paulo: Editora Esfera, 2001.

ESPARZA, Pablo. **O segredo da Islândia para fazer com que seus jovens deixassem de beber e fumar**. BBCBRASIL.com, São Paulo, 14 de fev. de 2017. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-38959125>. Acesso em: 28/06/2019.

FERRARI, Rachele. **Voluntariado – Uma dimensão ética**. – São Paulo: Escuta, 2010.

GHANEM, Elie. **Influir em políticas públicas e provocar mudanças sociais: experiências a partir da sociedade civil brasileira**. – São Paulo: Ashoka : Avina : Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2007.

- IAVE – Internation for Association Volunteer Effort. **The Universal Declaration on Volunteering, 2001**. Disponível em: <https://www.iave.org/advocacy/the-universal-declaration-on-volunteering/>. Acesso em 12/05/2019.
- IBGE – PNAD Contínua 2017. **Voluntariado aumentou em 840 mil pessoas em 2017**, 2018. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/20913-voluntariado-aumentou-em-840-mil-pessoas-em-2017>. Acessado no dia 18/06/2019.
- LANDIM, L.; SCALON, M. C. **Doações e trabalho voluntário no Brasil** – uma pesquisa. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000.
- LOPES, Andrea. **Trabalho voluntário entre idosos: a experiência americana e brasileira**. Apresentado no Seminário Nacional Envelhecimento e Subjetividade: desafios para uma cultura de compromisso social, 2008.
- PERES, Thais Helena de Alcântara. Comunidade solidária – a proposta de um outro modelo para as políticas sociais. *Civitas - Revista de Ciências Sociais*, Porto Alegre v. 5 n. 1 jan.-jun. 2005 p. 109-126. <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/37/1609>. Acesso em: 27 de jun. 2019.
- PLANET YOUTH. **Drug prevention is possible** - Positive development over 20 years. 2019. Disponível em: <https://planetyouth.org/>. Acessado em 28/06/2019.
- PORTUGAL. **Lei n.º 71, 03 de novembro de 1998**. Bases do enquadramento jurídico do voluntariado. - Diário da República, 1.ª Série A, n.º 254 de 03/11/1998.
- SALAMON, Lester M.; SOKOLOWSKI, S. Wojciech; HADDOCK, Megan A.; TICE, Helen S. **The State of Global Civil Society and Volunteering: Latest findings from the implementation of the UN**. Baltimore: Johns Hopkins Center for Civil Society Studies, 2012. No. 49.
- SELLI, Lucilda e GARRAFA, Volnei. **Solidariedade crítica e voluntariado orgânico**: outra possibilidade de intervenção societária. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*. 2006, vol.13, n.2, pp.239-251.
- SOUZA, Luccas Melo de; LAUTERT, Liana. **Trabalho voluntário: uma alternativa para a promoção da saúde de idosos**. Revista da Escola de Enfermagem. USP: 2008; 42(2):371-6.
- SOUZA, Murilo. **Projeto cria Política Nacional do Voluntariado**. Agência Câmara Notícias – Câmara dos Deputados, Brasília, 07 de fev. de 2019. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/EDUCACAO-E-CULTURA/572143-PROJETO-CRIA-POLITICA-NACIONAL-DO-VOLUNTARIADO.html>. Acesso em: 17/06/2019.
- TÁCITO. **The Complete Works of Tacitus – the Annals, the history, the life of Caneus Julius Agricola, germany and its tribes, a dialogue on oratory**. Trad. do latim por Alfred John Church & William Jackson Brodribb. – New York: ed. The Modern Library of New York, 1942.
- UNGA – United Nations General Assembly - **Resolution 56/38: Recommendations on support for volunteering**. 2002. Disponível em: <https://www.unv.org/publications/unga-resolution-5638-recommendations-support-volunteering>. Acesso em 12/05/2019.
- UNV. **State of the world's volunteerism report 2011 - Universal Values for Global Well-being**. – United Kingdom: United Nations Volunteers (UNV), 2011. Disponível em: <https://www.unv.org/swvr/wellbeing>. Acesso em 12/05/2019.
- UNV. **State of the world's volunteerism report 2015 – Transforming Governance**. – United Kingdom: United Nations Volunteers (UNV), 2015. Disponível em: <https://www.unv.org/swvr/governance>. Acesso em 12/05/2019.
- UNV. **State of the world's volunteerism report 2018 - The thread that binds: Volunteerism and community resilience**. – United Kingdom: United Nations Volunteers (UNV), 2018. Disponível em: <https://www.unv.org/swvr/resilientcommunities>. Acesso em 12/05/2019.
- VEYNE, Paul (Organizador). **Do Império Romano ao ano mil - História da vida privada**. Trad. Hildegard Feist. - São Paulo: Companhia das Letras, v. 1, 2009.
- VEYNE, Paul. **Pão e circo: sociologia histórica de um pluralismo político**. Trad. Lineimar Pereira Martins. – 1.ed. – São Paulo: Editora Unesp, 2015.
- WATERFIELD, Robin. **Creators, Conquerors, and Citizens: A History of Ancient Greece**. – Oxford: ed. Oxford University Press, 2018.